

ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1889-1906)

Tamiris Cristina Capucci

(Bolsista de IC – CNPq) – UNIUBE, tamiris-capucci@hotmail.com

Eduarda Cristina Pereira

(Bolsista de IC – FAPEMIG) – UNIUBE, eduarda204@yahoo.com.br

Wenceslau Gonçalves Neto

(Orientador) – UNIUBE, wenceslau@ufu.br

Apoio Financeiro – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Palavras-Chave: República, Instrução Pública, Ação Municipal, Minas Gerais.

1. Retrospecto

Os registros das atividades da Câmara Municipal de Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929) expõem uma preocupação decisiva pela instrução popular, o que se explicita nas 4 primeiras leis aprovadas pelos vereadores em 1892 (o município é de 1888), ano em que as Câmaras são reabertas após o período de Intendência instaurado com a República. Essas leis referem-se todas à educação, incluindo Lei de Instrução e Regulamento Escolar, além de determinações com relação às aulas noturnas e à divisão do município em circunscrições literárias.

Encontramos, dessa forma, um “plano de educação” caracterizando o município como um território pedagógico e não apenas político-administrativo. O município pedagógico é, provisoriamente, entendido como uma entidade político-administrativa possibilitada no final do século XIX pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. No âmbito da crença no poder regenerador da educação e da difusão dos sistemas escolares, as elites locais fazem uso desse processo para a

definição de uma identidade municipal e para a defesa de objetivos particulares. Essa constatação tem nos motivado a avançar no estudo da formação do sistema de instrução pública no Brasil para além da análise estadual, estendendo essa investigação a outros municípios, inicialmente tomando Uberabinha como referência.

Já há alguns anos e pensando também num projeto de história da educação comparada, temos buscado identificar a categoria município pedagógico em outras cidades do estado de Minas Gerais, expandindo o levantamento a Ouro Preto, Juiz de Fora, Araguari, Uberaba, Mariana, Paracatu, Montes Claros, Diamantina e Sacramento, onde encontramos importantes documentos que retratam os esforços pela instrução pública no contexto municipal. Esses resultados têm nos levado a um repensar sobre o processo de difusão dos sistemas escolares de ensino na segunda metade do século XIX e início do XX, chamando a atenção para o caráter também pedagógico do município em realidades diferenciadas do interior brasileiro, notadamente Minas Gerais, onde o estudo sobre Uberabinha, mas não apenas nele, identificou a centralidade da educação nas preocupações da edilidade. O limite temporal estabelecido foi, por um lado, 1889, com o início da República e, por outro, o ano de 1906, marcado pela reforma João Pinheiro, que instituiu o sistema de grupos escolares no estado, abrindo caminho para uma nova fase na educação mineira. Deve-se chamar a atenção que essas datas são apenas referenciais, pois a pesquisa abrange diversos momentos, avançando tanto para períodos anteriores como posteriores.

Em função dos resultados alcançados, que corroboram boa parte de nossas hipóteses, estamos promovendo a ampliação do universo de estudo, incluindo mais um conjunto de cidades mineiras: Araxá, Patos de Minas, Serro, Rio Pomba e Teófilo Otoni. Para isso, têm sido utilizadas categorias comuns de análise, para se aquilatar as proximidades e os distanciamentos na formação do município pedagógico nas diferentes localidades do estado. Tomamos esses municípios como unidade de comparação por terem sua documentação organizada nos Arquivos Municipais ou disponibilizada por outros meios e por contarem, quase todos, com instituições de ensino superior, o que facilita o diálogo com outros pesquisadores e a formação de parcerias institucionais na catalogação e interpretação dos dados, além de permitir a inclusão de bolsistas de iniciação científica a esse estudo. A documentação de quase todos os municípios pesquisados já se encontra catalogada e transcrita, pronta para utilização e, a de outros, com a transcrição em andamento.

2. Desenvolvimento das atividades

Fora a contribuição na forma de fontes disponibilizadas para pesquisa e incursões interpretativas envolvendo os conjuntos documentais referentes às diversas cidades investigadas, acreditamos que se tenha concorrido também para chamar a atenção sobre as formas específicas com que as municipalidades trataram as questões relacionadas à instrução pública no período imediatamente posterior à proclamação da República, permitindo uma compreensão mais densa da realidade histórico-educacional mineira e também nacional.

A historiografia que trata da formação dos sistemas de ensino na Primeira República tem privilegiado os espaços geográficos estaduais, dada a omissão do governo federal explicitada na Constituição de 1891, perdurando a descentralização que vinha da época do Império. Estes estudos, apesar de alertarem para a heterogeneidade interna de cada estado, têm apresentado uma interpretação que engloba o processo de organização da educação nos estados como um todo, sem uma incursão pormenorizada sobre o que ocorre em diferentes regiões ou municípios interioranos. A análise da ação das Câmaras Municipais das diversas cidades já estudadas permite perceber, sob vários aspectos, como esse processo não é uniforme no interior do Estado de Minas Gerais e que, em determinadas circunstâncias, como a aprovação de leis para a instrução, o município pode até se adiantar ao Estado, “transgredindo” os princípios jurídicos que subordinam as leis menores (municipais) às maiores (estaduais). Além disso, o crescimento significativo das escolas municipais, as preocupações com reforma de regulamentos, incorporação de métodos, mecanismos de fiscalização, controle e garantia de recursos etc, indicam que havia uma dinâmica própria no interior das cidades e que precisa ser dimensionada pela historiografia. E, essa análise poderá auxiliar no constante repensar que tem marcado a pesquisa em história da educação, envolvendo tanto o estado de Minas Gerais como o país.

A partir dessas observações sobre o que ocorreu em alguns municípios mineiros temos trabalhado com uma nova categoria de análise, o município pedagógico, indicando, com isso, a presença no interior da administração local de uma preocupação central com a educação e com a busca de mecanismos que permitam aproximar esse benefício das populações menos favorecidas. Esse esforço nem sempre se mostra efetivo em termos de superação do analfabetismo, expressando muitas vezes uma preocupação maior com o processo de desenvolvimento econômico que atenda aos interesses das elites locais, mas representa também uma mentalidade “progressista”, que vê na educação o caminho para o alcance da ordem, do progresso, da civilização, além da divulgação e afirmação dos princípios republicanos e, é claro, dos seus objetivos particulares.

Numa outra dimensão, chamamos a atenção para o caráter multifacetado desta pesquisa. Os livros de atas da Câmara e de registro das atividades municipais em geral, as correspondências, os projetos de lei, a imprensa, os documentos da Secretaria do Interior do governo do estado, e outros tomados como fonte, envolvem as representações sociais elaboradas pela elite local e disseminadas por meio do debate legislativo e outras formas de comunicação, além de permitir identificar a percepção dos agentes da educação do passado (tanto legisladores como professores, diretores, inspetores etc), os processos de ensino projetados para as instituições escolares, as preocupações políticas etc. Tudo converge, no entanto, para a busca de categorias explicativas, visando uma melhor compreensão da História da Educação (em nível local e nacional), e para a organização e sistematização das informações concernentes a essa área de estudos, para uso dos pesquisadores do tema, principalmente aqueles ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

O banco de dados da pesquisa tem crescido bastante, pois incorpora a documentação já catalogada anteriormente. As transcrições têm sido feitas nos computadores do NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, da UFU) e encontram-se disponibilizadas para pesquisadores e para os estudantes de graduação e pós-graduação, voltados para o estudo da história da educação.

3. Considerações finais

Do ponto de vista teórico, consideramos que a utilização da categoria município pedagógico está oferecendo um novo ângulo de análise, com resultados promissores para futuras investigações. Julgamos também haver contribuído para o fortalecimento destas novas formas de “entrada” na História da Educação brasileira, que se utilizam de fontes até recentemente pouco exploradas para a análise da realidade, como é o caso das informações contidas nos livros de atas de câmaras municipais, de atos do agente executivo, projetos de lei municipais, correspondência da Câmara, documentos da Secretaria do Interior do governo do estado, etc., além de complementar com dados colhidos na imprensa regional e nacional e na literatura. Buscamos na documentação, principalmente as representações que os setores dominantes desenvolviam em torno da educação e da instrução e a forma como promoviam sua difusão, bem como – quando possível – as formas de resistência de setores dominados ou em conflito com os dominantes. Nesse sentido, a partir deste olhar regional, julgamos estar contribuindo de forma efetiva para o avanço nos estudos da História da Educação nacional.

4. Indicações bibliográficas

ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. *A instrução na Primeira República*. Primeira parte: A União e o ensino primário na Primeira República. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1975.

BORGES, Vera Lucia Abrão. *A instrução pública primária na fala da elite mineira - 1892-1898*. São Paulo: PUC/SP, 1998 (tese doutorado).

GONÇALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de (org). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais no início da República*. Campinas: Alínea, 2012.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Capital e interior: manifestações em prol da instrução pública em Ouro Preto e Uberabinha (MG) nos anos iniciais da República Brasileira. *Educação em Revista*, v. 26, p. 189-208, 2010.

GONCALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. *História da Educação* (UFPel), v. 13, p. 159-185, 2009.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Município Pedagógico (verbete). In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Navegando na História da Educação Brasileira*. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006, p. 1-4.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, 4 volumes.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa & ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara (SP): UNESP, 2006.